

HABEAS CORPUS Nº 567.093 - MG (2020/0069060-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : TEO RANGEL FONSECA DA SILVA
ADVOGADO : TEO RANGEL FONSECA DA SILVA - MG198277
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : VICTOR EMANOEL RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VICTOR EMANOEL RIBEIRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais nos autos do HC n.º 1.0000.20.009404-3/000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 18/01/2020, juntamente com outros dois Acusados, pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos da Lei n.º 11.343/2006, tendo sido a prisão convertida em segregação preventiva por ocasião da audiência de custódia, pois trazia consigo "*dezesseis buchas de substância semelhante a maconha, dois pinos de substâncias semelhante a cocaína, cinco munições intactas e vinte e cinco reais*" (fls. 49-52).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem originária, nos termos do seguinte acórdão (fl. 13):

"EMENTA: HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA E INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA - DECISÕES FUNDAMENTADAS - PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP - NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INADEQUAÇÃO - PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL - COMPATIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - INSUFICIÊNCIA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. A decisão que converteu a prisão em flagrante da Paciente em custódia preventiva e a que indeferiu o pedido de liberdade provisória encontram-se devidamente fundamentadas, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da Constituição Federal, e dos arts. 310, caput, e inc. II, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal. 2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito imputado ao Paciente aponta para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente, para garantir a ordem pública, nos termos do estatuído no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. A prisão

preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que o delito em questão é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro (04) anos. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade do crime. 5. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe ao Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de suas periculosidades, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional. 6. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos."

Neste writ, o Impetrante alega a ausência dos requisitos necessários à prisão cautelar, bem como a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a medida extrema.

Ressalta que o Paciente "*é réu primário, conforme CAC acostada aos autos, bem como possui residência fixa, circunstâncias que evidenciam não haver a probabilidade de perpetração de novos crimes*" (fl. 12).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação do mandado de prisão preventiva, ou a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial. Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração, concomitante e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

No caso, o Juiz de primeira instância decretou a prisão preventiva sob os seguintes termos (fl. 51):

"[...]

Na ordem jurídica vigente, portanto, para que se possa decretar a prisão preventiva de um indivíduo, deve o juiz verificar se estão presentes os requisitos do art. 312 e as hipóteses do art. 313, ambos do Código de Processo Penal, bem como certificar-se de que as demais medidas . .

cautelares são insuficientes e inadequadas ao acautelamento pretendido.

A materialidade delitiva e os indícios de autoria podem ser

confirmados no Boletim de Ocorrência lavrado.

A FAC acostada aos autos demonstra que todos os flagranteados são Investigados em inquéritos e responde ações penais (ff. 16/28).

Isso posto, há indícios suficientes para determinar a prisão preventiva dos autuados, ao fundamento da garantia da ordem pública.

Por fim, no caso ora examinado, há presença da hipótese constante do art. 313, inciso I do Código de Processo Penal, haja vista que o crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06 é punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos."

O Tribunal *a quo* manteve a decisão singular asseverando que (fls. 132-133; grifos no original):

"Examinando a decisão, tem-se que o Magistrado Singular, atento aos fatos descritos no Auto de Prisão em Flagrante (f. 05/13 - doc. de ordem 4), vislumbrou a existência de indícios de autoria, bem como a materialidade do delito e, em assim sendo, converteu o flagrante em custódia preventiva, em razão de restarem configurados os requisitos ensejadores desta segregação cautelar (art. 312 do Código de Processo Penal).

[...]

Vê-se que a decisão que indeferiu o pedido supracitado também se apresenta escorreita, uma vez que persistem os requisitos da custódia preventiva, ausente qualquer alteração fática capaz de desconstituir a segregação cautelar decretada.

[...]

Segundo consta, na data dos fatos, Policiais Militares durante patrulhamento em local conhecido pela prática do narcotráfico, abordaram o Paciente Victor Emanuel Ribeiro e outros dois indivíduos, em virtude da demonstração de comportamento típico da venda de drogas.

Infere-se que, durante a abordagem, os Agentes Públicos localizaram na posse do Paciente dezesseis (16) buchas de "maconha", dois (02) pinos de "cocaína", além da quantia de vinte e cinco reais (R\$ 25,00).

[...]

Assim, diante de tal cenário, verifica-se a presença de motivos para a manutenção da prisão preventiva, consubstanciada, especialmente, na garantia da ordem pública, o que, aliado à prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, revelam a inviabilidade da concessão do writ pretendido."

Como se percebe, a custódia cautelar não se mostra, em princípio, desarrazoada ou ilegal, tendo sido devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, amparada na **gravidade concreta dos delitos** e no

risco de reiteração delitiva em razão da existência de ação penal em trâmite, o que justifica, neste momento processual, a manutenção da medida excepcional para a garantia da ordem pública.

A propósito, "[c]onforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/03/2019).

No mais, consideradas as circunstâncias do fato e a gravidade da conduta, não se mostra suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 282, inciso II, do Código de Processo Penal. Sobre a questão:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do acusado, por evidenciarem o risco concreto de reiteração delitiva, diante dos indícios de que ele integra associação criminosa – bem estruturada, formada por diversos indivíduos e em pleno funcionamento –, com características típicas de organização criminosa, em que os integrantes estariam envolvidos com o recebimento, armazenamento e transporte de consideráveis e excessivas quantidades de drogas.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas alternativas não é adequada na hipótese, diante da gravidade das condutas em tese perpetradas (art. 282, II, do Código de Processo Penal).

4. Ordem denegada." (HC 547.539/AC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 12/02/2020; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo

Superior Tribunal de Justiça

perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância – **notadamente sobre a tramitação processual e a atual situação prisional do Paciente, com o encaminhamento de todas as decisões que decretaram e eventualmente mantiveram a custódia processual** – e ao Tribunal de origem, para que informe a **SENHA de acesso** aos processos que tramitam **em primeira e segunda instâncias**, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora